

Sociologia do ambiente: genealogia de uma dupla emergência

1. INTRODUÇÃO

A constituição do campo disciplinar da sociologia do ambiente enfrenta duas dificuldades que antecedem a sua própria formação substantiva. Por um lado, enquanto campo temático, o «ambiente» não parece requerer, em princípio, uma nova sociologia, mas apenas a aplicação das propostas teóricas gerais a um domínio que talvez seja surpreendente hoje, mas não é necessariamente novo. Por outro lado, o vasto campo temático designado por «ambiente» parece propor uma contradição ao modelo clássico de oposição entre ciências naturais e sociais, fundador da própria identidade disciplinar da sociologia. Isto é, a ideia de uma sociologia do ambiente, ao requerer a convocação de factos e variáveis físicas, naturais e biológicas para a explicação sociológica, vem pôr em causa a tradição disciplinar da sociologia — a qual se construiu contra os «reducionismos biológico e geográfico» dominantes no século XIX, recusando sistematicamente a incorporação de variáveis ecológicas na análise social (Buttel, 1986; Feldmann, 1993; Goldblatt, 1996). A sociologia do ambiente juntar-se-ia assim a outras tentativas de fusão disciplinar, como as da sociobiologia (Wilson, 1975) ou da etologia (Lorenz, 1966), que reequacionam e integram os factos naturais, técnicos e sociais.

Perante estas duas dificuldades, duas questões se colocam. Será a sociologia do ambiente uma contradição nos seus próprios termos? Ou antes um desafio cujo processo feito de procuras e tentativas gerou já um campo de debate e pesquisa que reclama desenvolvimento?

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

A afirmação disciplinar da *sociologia do ambiente* surge hoje como a confluência de um conjunto diverso de perspectivas, as quais chegam animadas por diferentes preocupações e filiações teóricas relativamente ao que definem como sendo a realidade ambiental.

Entre as principais destacam-se, muito brevemente, a abordagem da *nova ecologia humana*, desenvolvida por Catton e Dunlap (1978a e 1978b), que foca a interação entre ambiente físico, organização social e comportamento humano, a perspectiva da *economia política*, desenvolvida por Schnaiberg (1980), que formula um quadro de análise geopolítica das limitações da relação entre recursos e desenvolvimento, atribuindo ao capitalismo industrial avançado as causas da destruição ambiental, e ainda duas escolas fundamentais no debate mais recente: a *escola do «realismo»* britânico — protagonizada por Dickens (1992), Redclift e Benton (1994) e Martell (1994) —, em contínuo confronto com o construtivismo e suas diversas gradações — desde as versões mais radicais, como, por exemplo, a de Tester (1991) e a sua história dos direitos dos animais, até às mais moderadas, como são os casos de Buttel (1987), Buttel e Taylor (1992-1994), Yearley (1992) e Hannigan (1995).

Numa outra linha de abordagem, refira-se também a *escola rural europeia*, com Jollivet e Mormont, que trata do problema da reconversão ambientalista dos valores rurais e em que o colóquio «Du rural à l'environnement», realizado em 1989 e posteriormente editado, veio assinalar um momento de viragem importante na sociologia rural francesa (Kalaora, 1993).

Apesar desta profusão, a sociologia do ambiente parece ferida de alguma fragilidade, ao constituir-se na base de um *duplo déficit*: *carece do saber positivo das ciências biofísicas* para lhe definir uma das suas variáveis independentes e/ou, por vezes, dependentes e *tem de se pensar ainda no âmbito das teorias sociológicas clássicas* à falta de um terreno de estruturação mais seguro induzido pela sua própria problemática.

Ora, de todos os contributos que, desde a década de 70, têm surgido para constituir uma sociologia do ambiente, é hoje reconhecido ter sido o de Riley Dunlap e William Catton aquele que de forma mais consistente desafiou este «duplo déficit», propondo não só a *integração dos dados ambientais* no modelo heurístico da sociologia do ambiente, como a própria *deslocação do paradigma dominante na sociologia*, de modo a ressituar a oposição entre dimensões naturalísticas ou naturais e dimensões sociológicas.

Mesmo que seja ainda cedo para avaliar a mudança paradigmática proposta por Catton e Dunlap em 1978, vale a pena relançar nesta resenha as questões donde partiram:

— Podem os problemas ambientais ser compreendidos sem uma sociologia do ambiente?

- Os problemas ambientais equacionam-se na sociologia enquanto dimensão biofísica ou apenas a partir do momento em que haja reconhecimento social dessa dimensão e, portanto, como factos sociais e não naturais?
- Pode a sociologia ultrapassar os seus obstáculos internos à compreensão dos problemas ambientais sem que isso implique uma mudança de paradigma?

Os equívocos que entretanto surgiram entre a proposta de um novo *paradigma* e a incerteza quanto ao estatuto heurístico dos factos naturais para a sociologia do ambiente não estão ainda decididos (Buttel, 1987; Dunlap, 1991). Todavia, a multiplicidade de reflexões sociológicas sobre os problemas ambientais expandiu — directa ou indirectamente — o campo disciplinar da sociologia do ambiente enquanto campo de debate, gerando um acervo já razoável de estudos teóricos, conceptuais e também empíricos.

Por outro lado, o impulso da *reflexão crítica sobre os fenómenos da modernidade* e sobre os novos problemas que emergem da sociedade pós-industrial e do capitalismo tardio (Giddens, 1992; Beck, 1992a, 1992b) foi outra via que ajudou a conduzir à formação de uma sociologia do ambiente — agora integrando teoricamente os problemas ecológicos na sociologia, enquanto factos sociais próprios da modernidade —, da sua complexidade, globalidade e risco — os quais a rede mediática «intensifica» e «extensifica».

O ambiente surge, assim, nas sociologias contemporâneas por duas vias diferentes. Uma busca na *nova relação entre o homem e a natureza* o objecto específico de uma sociologia do ambiente — é o caso de Dunlap e Catton nos EUA. Outra encontra na sociologia do ambiente sobretudo uma *expressão crítica dos problemas da modernidade*, em articulação com a mediatização da vida social — são os casos de Giddens e Beck.

Mas a análise desta dupla emergência não dispensa a *revisitação dos autores clássicos* da teoria sociológica — Durkheim, Marx e Weber. Mesmo que, ao procurarem um fundamento sociológico para a sociologia, os clássicos tenham diminuído, negado ou transfigurado o significado e o papel dos factores naturais nas vidas das sociedades, é possível buscar neles antecedentes teóricos que forneçam uma genealogia às novas propostas e desafios da sociologia do ambiente.

O texto que se segue organiza-se a partir da proposta de constituição de uma *sociologia do ambiente apresentada por Dunlap e Catton* desde finais de 70, assumindo que é nessa altura e nesse contexto que se marcam as referências mais afirmativas da identidade deste campo disciplinar.

De seguida, passa-se a comentar dois outros aspectos vizinhos desta afirmação disciplinar. Primeiro, o da *relevância dos clássicos* — Durkheim, Marx e Weber — para a reflexão de um problema que aparentemente lhes

foi alheio, procurando, apesar dos anacronismos, uma espécie de retrospectiva na qual assumam significado. Segundo, o da *relevância de duas reflexões contemporâneas sobre a modernidade — Giddens e Beck —* no equacionamento dos problemas ambientais, bem como nos desafios que ambas lançam hoje às ciências sociais.

Num balanço conclusivo das análises efectuadas, sublinham-se as propostas que elas próprias deixam em aberto num debate que, longe de estar encerrado, prossegue com vivacidade, convocando cada vez mais autores de diferentes filiações teóricas.

2. SOCIOLOGIA DO AMBIENTE — FIO CONDUTOR DE UM PROCESSO DE AFIRMAÇÃO

Quando, em 1978, Dunlap e Catton publicam o seu primeiro artigo defendendo a constituição de uma *sociologia do ambiente*, tinham como objectivo básico identificar vias de coerência que permitissem organizar disciplinarmente o vasto e disperso campo de pesquisa onde se vinha fazendo o confronto entre problemas sociologicamente definidos e problemas ecológicos, ambientais e paisagísticos.

Para mais, a crise energética do início dos anos 70 (1973-1974) — antecedida pelas primeiras grandes marés negras que afectaram o Ocidente (Torrey Canyon em 1967 e Santa Barbara em 1969) — havia suscitado importantes mobilizações políticas e institucionalizado uma preocupação pública que se começava a reclamar de um sentido ecológico. Deveria esta preocupação pública ser sociologicamente tomada como um *estrito facto social* no sentido durkheimiano do termo, ou ela constituía um caso próprio, novo, que vinha exigir uma reconsideração do estatuto heurístico da natureza para os modelos das ciências sociais? Estaria a tradição teórica clássica apta a proceder a essa deslocação da «natureza» de simples condição externa de processos e sistemas sociais para seu factor potencialmente relevante?

Os últimos vinte anos viram multiplicar-se as propostas e os debates sobre estas questões. Ao longo deste período, a análise do percurso intelectual de Dunlap e Catton permite dissecar os traços fundamentais do campo heterogéneo e rico em que se tornou a sociologia do ambiente. Mas recuemos um pouco, sem cair, no entanto, na tentação de historiar o longo processo de teorização das relações entre o homem e a natureza.

Mesmo sem invocar essa visitação enciclopédica, alguns domínios teóricos mais próximos parecem incontornáveis. Refiram-se especificamente o *darwinismo social* e o *spencerismo* durante o século XIX — quanto mais não fosse pela importância que ambos acabaram por ter em certos quadros do pensamento dos clássicos (Durkheim e Marx), mesmo que por oposição. Recorde-se que as ciências sociais são constituídas no século XIX, positivista

e evolucionista, destacando-se do programa científico moderno caucionado pelas ciências da natureza.

Mas não só o darwinismo social. Na sua sequência não deveria ser omitida a própria *ecologia* de Haeckel (1866), tal como também não deveriam ser esquecidas as propostas da *antropogeografia* de Humboldt (1855) — ambas marcadas pela busca de um paradigma sintetizador. Tal como, já neste século, a *ecologia urbana da escola de Chicago*, que nos anos 20 vem explorar a metáfora do sistema vegetal para abordar a organicidade do desenvolvimento urbano (Park, 1936). Estabelecendo analogias entre a formação espontânea das comunidades humanas e a adaptação das espécies aos novos ecossistemas, esses estudos vão adoptar vários conceitos da botânica (Clements, 1905) — como a competição das espécies e as noções inerentes de invasão e dominação — para explicar os processos de urbanização acelerada que os EUA, nomeadamente Chicago, viviam nos anos 20. Aqui a territorialidade e as condutas são dois parâmetros «naturais» das consequências sociais urbanas, especificamente as patológicas, como a segregação das minorias ou a violência dos *gangs*. Será, aliás, nesta ecologia humana que alguns autores situam uma espécie de fase embrionária da (pré)sociologia do ambiente, pelo seu contributo para a análise do impacto ambiental físico nas comunidades humanas, muito embora lhe falte o *feedback* do impacto da acção humana sobre o ambiente físico. Este, como iremos ver, só seria recuperado nos anos 60, com Duncan e o seu complexo ecológico.

Mais próximos de nós ainda, e de certo modo mais perturbadores para o campo de debate teórico em causa, haveria a considerar também as pesquisas sobre o mundo natural como modelo e como continuação da vida social humana, desenvolvidas nas últimas décadas pela *etologia* de K. Lorenz (1966) e pela *sociobiologia* de E. Wilson (1975) — duas abordagens teóricas que pareciam quebrar definitivamente uma fronteira, fazendo uso livre de conceitos sociológicos na descrição de condutas animais e vice-versa.

Estamos, pois, conscientes de que não é apenas com Dunlap e Catton nos anos 70 que o problema ambiental emerge na sociologia. Contudo, é demasiado evidente a diferença que certos factos contemporâneos vieram marcar. Primeiro, através da *retroactividade potencialmente fatal* sobre a própria vida humana à escala global, provocada pelos processos sociais conducentes à crise ambiental; segundo, através da *reflexividade mediática*, como elemento essencial desta nova situação.

Os problemas ambientais interessam, assim, não na sua «falsa» novidade, mas sobretudo no aspecto em que são efectivamente novos: na *dinâmica social* que adquiriram. Pois, se os problemas ambientais não são novos, é nova a dinâmica social onde eles se inscrevem, para a qual contribuiu um elemento decisivo: a *mediatização do ambiente*.

O fundamento para a constituição de uma *sociologia do ambiente* não estará, pois, na problemática ancestral da relação do homem com a natureza,

mas sim na figura inédita dessa relação — uma figura que pela primeira vez reconhece o impacto sem precedentes das sociedades humanas sobre o ambiente global e o efeito retroactivo deste sobre aquelas.

O espaço disciplinar estava virtualmente criado. Para o unificar, Dunlap e Catton vão partir de uma dupla posição: a proposta, não de uma teoria, mas sim de um *paradigma* e uma explicação crítica para a *insuficiente integração dos fenómenos biofísicos* nas ciências sociais. Ambas assentam na intuição de que o desfazamento entre a forma como factos de natureza ecológica interpelam factos sociais e a sua transposição nos modelos heurísticos da sociologia resulta do papel negativo que determinadas «assunções tácitas» desempenham em geral no conjunto da comunidade científica sociológica. Entre estas destaca-se um obstáculo epistemológico na concepção básica comum da identidade da própria disciplina definida por Durkheim — *factos sociais explicados apenas por factos sociais* — que obstaria à redistribuição de posições relativas da natureza e da sociedade e da sua oposição recíproca.

Para Dunlap e Catton, o axioma durkheimiano, quando tomado dogmaticamente, poderia constituir uma autêntica «venda nos olhos» dos sociólogos, incapacitando-os de analisar um dilema actual. «A sociologia tem de levar a sério um dilema tradicionalmente negligenciado: as sociedades humanas exploram necessariamente os ecossistemas envolventes para sobreviver, mas aquelas cujo desenvolvimento se mantém à custa da sobreexploração do ecossistema podem destruir a base da sua própria sobrevivência» (Dunlap e Catton, 1979, p. 250).

Este dilema fora tradicionalmente negligenciado por uma sociologia que, à custa de se afirmar contra o «tabu do anti-reducionismo biológico», se desenvolveu como «se a natureza não interessasse», acabando por criar o seu «próprio imperialismo social», como nota Murphy (1994, p. 697).

Tomando *paradigma* na acepção que lhe dá T. Kuhn (1970) — segundo o qual a maior parte do trabalho científico procede de assunções e paradigmas já estabelecidos, sendo por vezes necessário alterar essas assunções quando se está perante problemas novos —, Dunlap e Catton lançam assim a sua sociologia do ambiente como um desafio radical — uma «revolução» ou uma «cruzada» (Hannigan, 1995) — ao conjunto da comunidade científica da sociologia e ao seu «velho» paradigma, que consideram incapaz de integrar convenientemente o tipo de problemas insistentemente colocados por diversos sectores e reunidos enquanto ecológicos e ambientais. Dunlap e Catton vão designar esse paradigma ou visão «antropocêntrica» dominante das ciências sociais por HEP¹ — primeiro, HEP1 (*human «exceptionalism»*)

¹ Esta designação HEP é, para Catton e Dunlap (1980), uma forma «académica» de traduzir um conceito antropocêntrico da «visão ocidental dominante» — o DWW (*dominant western worldview*) —, que engloba valores baseados na ideia ilimitada dos recursos e combustíveis fósseis.

paradigm) (1978a), e, depois, HEP2 (*human «exemptionalism» paradigm*) (1979) —, identificável pela partilha de quatro premissas paradigmáticas (Catton e Dunlap, 1980, pp. 24-25):

1. Os homens têm uma herança cultural acumulada à (e distinta da) herança genética e, portanto, são muito diferentes das outras espécies animais.
2. Os factores sociais e culturais (incluindo a tecnologia) são os grandes determinantes das acções humanas.
3. Os ambientes sociais e culturais são, por excelência, o contexto das acções humanas, sendo o ambiente biofísico muito pouco relevante.
4. A cultura é cumulativa; portanto, o progresso tecnológico e social não tem limites, encontrando-se sempre uma solução para os problemas sociais.

Segundo Dunlap e Catton, esta visão comum da «isenção humana» partilhada pela comunidade sociológica teria sido modelada pelas teorias do progresso em sociologia e pela experiência eufórica do tecnicismo industrial americano, pela sua aplicação de saberes científicos e pela dominância económica que gerou (Catton e Dunlap, 1980). Contudo, ela estaria comprometida hoje pela natureza dos problemas ecológicos colocados à escala global.

Assim, Catton e Dunlap (1978a) propõem o seu novo paradigma, NEP (*new environmental paradigm*) — considerado desde logo por alguns uma tentativa polémica de «reorientar a sociologia» (Buttel, 1978, 1987) —, que sublinha a dependência dos ecossistemas por parte das sociedades humanas, e, sem negar as «características excepcionais da nossa espécie (cultura, tecnologia, linguagem, organização social)», não isentam o homem dos «princípios ecológicos e das influências e constrangimentos ambientais» (Dunlap e Catton, 1979, pp. 250). Reconhecendo, assim, as implicações sociológicas dos problemas ambientais, os autores defendem não haver nenhuma oposição entre o *ethos* societal e o *ethos* ambiental, mas sim interacção e influência mútua.

Este novo conjunto de características em que se baseia o NEP traduz-se, na sua versão mais completa, em premissas onde se enfatizam as características inegavelmente excepcionais do ser humano, mas simultaneamente se sublinha a força das leis ecológicas no enquadramento da actividade humana (Catton e Dunlap, 1980, p. 34):

1. Embora possuam características excepcionais (cultura, tecnologia, etc.), os homens encontram-se no meio de muitas outras espécies do planeta, todas elas envolvidas no ecossistema global de forma interdependente.

2. As acções humanas são influenciadas pelos factores sociais e culturais e também por intrincadas relações de causa-efeito e de *feedback* na natureza. Por isso, as acções humanas voluntárias têm muitas consequências impremeditadas.

3. Os homens vivem e são dependentes de um ambiente biofísico limitado, que provoca fortes constrangimentos físicos e biológicos nas acções humanas.

4. Apesar de, aparentemente, a criatividade humana e as suas potencialidades extrapolarem os limites da capacidade de carga do planeta, as leis ecológicas devem ser contempladas.

A proposta do NEP implica não só o fim da visão do mundo onde o homem teria um estatuto de salvaguarda e isenção absoluta, como também uma concepção das causas dos problemas ambientais baseada na integração sistémica de factores biofísicos, sociais e culturais, tais como *população, tecnologia, sistema social, sistema cultural e sistema de personalidade*, que os autores desenvolvem num modelo de análise sobre as interacções entre ambiente e sociedade (Dunlap e Catton, 1979, 1983; Dunlap, 1993, p. 723). Este modelo parte do «complexo ecológico» — POET — de Duncan (1961)² e beneficia de reformulações resultantes das posições críticas que os dois autores assumem face ao debate dos biólogos e ecólogos P. Ehrlich e B. Commoner, ocorrido no início dos anos 70 (1971-1972), e também do contributo de Schnaiberg (1980). Subdividindo o (O), que passam a designar por «organização social», em sistema social, sistema cultural e sistema individual, e subcategorizando o (E) do ambiente (em ambiente natural, modificado, construído e também social), Catton e Dunlap afirmam a interdependência recíproca de todos os factores e dão forma ao seu *complexo ecológico*, através do qual equacionam a relação multicausal das interacções entre população, tecnologia e organização social e que tanto serve à explicação das «causas» da degradação ambiental como das «consequências» ambientais sobre a sociedade. Assim, a natureza simultaneamente complexa e mista — natural e social — dos problemas ambientais fica claramente assumida, integrando na mesma fórmula de causalidade, e de modo interdependente, factores biofísicos e sociais (Dunlap, 1993, pp. 718-727, e também Dunlap e Catton, 1994).

Perante a veemência com que os problemas ambientais se impuseram nos últimos anos, o interesse sociológico foi-se diversificando. Dos «velhos» estudos sobre ambientalismo, práticas e representações, à conflitualidade local provocada pelo efeito NIMBY (*not in my back yard*), passando também pelo «racismo ambiental» (Dunlap, 1994).

² O. D. Duncan, um teórico da ecologia humana, considera na investigação sociológica as seguintes componentes: ambiente (E), população (P), tecnologia (T) e organização (O).

Entretanto, as implicações sociais das rupturas ambientais, sobretudo à escala global, com o surgimento do GEC (*global environmental change*), desencadearam *através da sua mediação* tais consequências políticas e culturais que amplificaram toda a noção de «problema ecológico», hoje presente em qualquer sociologia.

3. OS CLÁSSICOS E O AMBIENTE — «VELHAS NOVIDADES»

É genericamente assumida a pouca valia dos autores clássicos da sociologia para os debates constitutivos da sociologia do ambiente (Catton, 1980; Dunlap, 1980; Buttel, 1986; Goldblatt, 1996). Os argumentos de base consistem, por um lado, na constatação da absoluta *novidade dos actuais problemas ambientais* e, por outro lado, no facto de a sociologia como disciplina se ter constituído, em grande parte, num processo de *diferenciação face às ciências da natureza e aos seus modelos*.

A ideia de uma história da espécie humana que continuava e trazia inscrita a chave de uma história natural, à semelhança da geologia, da botânica e da evolução das espécies, punha a vida social humana não só sob princípios comuns de processo de selectividade e de diversificação com a restante natureza, como inscrevia a sociologia enquanto disciplina subsidiária da ciência do natural, ou seja, como física social.

A existência de uma tradição de pensamento que ensaia a junção destas duas dimensões antagónicas — a natureza e a sociedade — é, pois, tão inegável quanto os sociólogos sentiram necessidade de as separar. Basta lembrar o caso da determinação climática do «carácter dos povos» presente em Montesquieu, contra a qual Durkheim se opõe em *O Suicídio* ([1897] 1993), provando que não é possível encontrar correlações na variação concomitante dos climas nacionais, das mudanças sazonais e da taxa de suicídio.

Mas, de toda esta tradição, talvez seja, contudo, o darwinismo social e o seu campo que mais incisivamente atacaram a tarefa de homologar as dimensões humanas e naturais da vida humana.

Era, pois, necessário reagir. De facto, no século XIX, a afirmação da sociologia passou pela eliminação forçada e forçosa dos diversos determinismos (biológico, geográfico e ecológico) e pela reacção às heranças metodológicas e explicativas dominadas pelas ciências naturais. Havia que acautelar as fronteiras da nova disciplina face a estas e até mesmo face a algumas ciências sociais — como a geografia ou a etnologia — que lidavam com factores naturais nos seus campos disciplinares. E por isso, talvez de forma tão radical, se rejeitou toda a explicação do social através de factos «não sociais».

Por outro lado, o período histórico em que a sociologia se constituiu caracterizou-se também por um contexto de grande euforia económica e

tecnológica face ao modelo industrialista que se afirmava, desenvolvia e prosperava. Era o início da «época da exuberância» (Catton e Dunlap, 1980), que passava pela crença absoluta na dominação do progresso e do poder — económico, político e tecnológico — sobre a natureza. A cultura ocidental vai ancorar-se na base deste optimismo do progresso, que pressupõe a abundância ilimitada dos recursos e a capacidade humana de gestão e domínio da natureza, em relação à qual o homem ficaria liberto e soberano.

Este processo, para onde a humanidade caminhava aceleradamente, quando muito, só encontraria barreiras sociais e políticas contra o desenvolvimento, como Marx apontava, mas nunca barreiras «naturais» ou «ambientais».

Acresce que, e sobretudo para Marx, era também necessário contestar as implicações políticas das teses malthusianas e evolucionistas sobre as adaptações sociais que, ao fazer depender as explicações dos problemas sociais — como, por exemplo, a pobreza — dos factores biofísicos, se articulavam directamente à promoção do liberalismo de mercado, propondo modelos de auto-regulação social e justificando assim a desintervenção ou negligência do Estado nas políticas sociais e económicas³.

A sociologia funda-se, assim, enraizada na ideia de cultura de prosperidade e num contexto de ruptura entre natureza e cultura. É sobre este tipo de dicotomias que o trabalho científico se vai, a partir daí, construir, instalando-se a sua «divisão entre ciências biológicas e sociais» (Benton, 1991, p. 1), ou, como enfatiza Dickens, «uma divisão impermeável entre sociologia e ciências naturais» (Dickens, 1992, p. 19).

Neste sentido, muitos autores acusam os clássicos de, ao procurarem um fundamento para a sociologia, terem diminuído, negado ou transfigurado o significado e o papel dos factores naturais na vida das sociedades. Como afirma Benton (1991), ao constituir-se contra o «tabu» dos outros reducionismos na análise da sua «espécie zoológica» — o ser humano —, a sociologia acaba por incorrer no seu próprio «reducionismo social» através dessa recusa sistemática de incorporar variáveis ecológicas na explicação sociológica.

Na proposta que fazem de um novo paradigma ecológico para uma sociologia «pós-exuberante» (1980), Catton e Dunlap criticam fortemente as

³ Malthus, na sua teoria sobre as «causas da penúria», ao afirmar que a tendência para o crescimento demográfico sendo «maior do que o poder da terra para providenciar os alimentos» e devendo-se a algo difícil de controlar — «a paixão entre os sexos» —, sugeriu que o fornecimento de recursos aos pobres só iria agravar o seu alastramento, até porque também reduziria o incentivo para o trabalho. A consequência política imediata desta tese foi o alheamento do Estado face aos pobres (Dickens, 1992, cit., in Winch, p. 19).

De igual modo, o *spencerismo* estimulou o desinvestimento dos governos na educação, saúde e economia, pois, não sendo os recursos alimentares suficientes, dever-se-iam dissuadir os socialmente dependentes de se reproduzirem. O esforço da natureza era ver-se livre desses que «não são suficientemente completos para viver», tal como se passava no mundo natural (Dickens, 1992, cit. in P. Abrams, 1968, p. 74).

tradições disciplinares do século XIX pelo facto de estas impedirem o salto da sociologia relativamente às novas necessidades explicativas trazidas pelos problemas ambientais. Como comentam: «O legado durkheimiano sugeriu que o ambiente físico deveria ser ignorado, enquanto o legado weberiano sugeriu que ele poderia ser ignorado porque era considerado pouco importante na vida social» (Dunlap e Catton, 1983, p. 118).

Segundo Udry (1995), também foi a necessidade de enfoque sociológico da sociologia que a obrigou a fazer um exercício metodológico de «olhar» quase tão drástico como o da biologia. O axioma durkheimiano terá assim simplificado e facilitado a tarefa das ciências sociais porque obrigou a fechar o ângulo das explicações causais dos fenómenos sociais, tornando dispensáveis inúmeros factores com que os sociólogos não se preocupam. Mas tal exercício fê-los, no entanto, cair no erro que tanto criticavam nos cientistas naturais. «Aprendemos a pensar neste axioma como se ele fosse uma verdade absoluta sobre a natureza do mundo, em vez de pensarmos que é um conjunto de ‘viseiras’ postas deliberadamente para nos ajudar a focar a atenção [...] Em vez de escolhermos ignorar outras causas possíveis, negamos a mera possibilidade da sua existência» (Udry, 1995, p. 1267).

Todavia, muitos destes argumentos colidem com alguns contornos da questão. Primeiro, os clássicos consagraram nas suas teorias não só uma posição face a aspectos do meio natural, como sobretudo à *relação homem/natureza*. Como frisa Buttell, «pode retirar-se dos trabalhos dos três teóricos clássicos [Marx, Durkheim e Weber] uma autêntica ecossociologia», pois todos estavam conscientes do «substrato natural e biológico da vida material» (Buttell, 1986, p. 361), construindo quadros de interpretação que podem servir para uma análise mais aprofundada entre as relações sociedade/meio físico.

Segundo, porque todos eles equacionaram os *paradoxos e crises do modelo de desenvolvimento industrialista e as respectivas ameaças* que desenhavam para a sociedade moderna. Nomeadamente, prevendo a fatalidade histórica do capitalismo e aproximando-se, assim, daquilo que é hoje o horizonte de catástrofe que gera a crise ambiental. Neste sentido, é possível encontrar nos clássicos uma espécie de antevisão das primeiras percepções modernas dos problemas ambientais, embora sempre subordinadas a uma perspectiva política, ética ou de justiça social. Eles imaginaram as consequências negativas e delinearão alternativas, embora sem antever as sequelas ecológicas a que o processo de industrialização levaria, ajudando a preparar o eventual desencaminhar da história do homem.

3.1. O «EXCEPCIONALISMO» DE DURKHEIM

Émile Durkheim tem sido considerado o mais radical «excepcionalista» de todos e uma fonte teórica da divergência habitual entre ciências da natureza e sociologia (Dunlap e Catton, 1979).

De facto, ao construir a sua ciência dos factos sociais, ao mesmo tempo em ruptura com as explicações biológicas e psicológicas, deslocou o objecto da sociologia simultaneamente para fora do agente individual e dos seus desígnios e desalinhou-o dos restantes factos naturais. Assim, nem os imperativos morais universais, nem o interesse pessoal, nem as leis da cooperação ou rivalidade natural, têm lugar no seu modelo de ciência social. Mas, apesar da sua fundamentação social da explicação sociológica, Durkheim, é geralmente tomado como tendo reconhecido alguma *inerência da vida social à natural*, na forma como explica em *De la division du travail social* ([1893] 1998), a passagem das sociedades de solidariedade mecânica à complexidade da solidariedade orgânica através da divisão do trabalho do modelo de desenvolvimento industrialista e da conseqüente especialização.

Essa «condensação progressiva das sociedades» (*ibid.*, p. 238), que conduz da simples segmentaridade à complexidade e desta à autonomização do social — correlata da passagem de comunidade a colectividade em Tönnies⁴ —, é apresentada como uma espécie de «função ecológica». «Se nos especializarmos, não é para produzir mais, mas sim para poder viver nas novas condições de existência que nos foram criadas» (Durkheim, 1998, p. 259). Ora estas «novas condições» são, em Durkheim, produzidas de três maneiras diferentes: «a densificação do povoamento, a sua concentração urbana e o número e rapidez das vias de comunicação e transmissão» (*ibid.*, pp. 238-245).

Deste modo, Durkheim, ao conceber o modelo de progressiva complexificação social como adaptação ao meio, se, por um lado, permanece tributário do naturalismo evolucionista — inspirado, mesmo que criticamente, em Spencer⁵ —, por outro lado, define a sociedade como isenta do mundo natural. E vai buscar como prova o próprio processo de transformação progressiva dos indivíduos, que considera resultante de uma evolução social e não biológica. Assumindo que o homem só depende de três «meios» — o organismo, o mundo físico exterior e a sociedade —, Durkheim vai considerar que o organismo é estável, que o «mundo físico, desde os primórdios da história, permanece o mesmo, se não levarmos em conta as novidades de origem social (transformação do solo, dos cursos de água, a arte dos agricultores, dos engenheiros, etc.) [...] Assim, só a sociedade pode ter mudado de modo a poder explicar as mudanças paralelas na natureza dos indivíduos» (*ibid.*, p. 340).

⁴ Tönnies traz um contributo importante para o debate da relação homem/natureza quando explica, através da transição da *Gemeinschaft* (comunidade) para a *Gesellschaft* (colectividade), o modo como as relações do homem com a terra e com a natureza se transformam e desunem com o advento da modernidade (Dickens, 1992, p. 29).

⁵ Só e na medida em que, para Spencer, a mudança e o desenvolvimento das sociedades, à semelhança do mundo natural, se fundavam na selecção e adaptação a um determinado meio físico, pressupondo uma crescente diferenciação, complexidade e especialização. De resto, Durkheim opõe-se determinantemente à noção spenceriana de progresso contínuo e linear (Buttel, 1986).

Esta passagem revela bem que a ciência social que Durkheim constitui em confronto com as ciências naturais se forma não só com base num quesito epistemológico, o da fundamentação da sociologia em factos sociais (Durkheim, [1895], 1997, p. 142), mas também na experiência de um mundo onde a natureza apenas sofreu intervenções ligeiras — simples «novidades sociais». Por essa razão, os riscos sociais decorrem apenas da individualização levada ao extremo e de patologias «morais», mas nunca da insustentabilidade da vida social por via reflexa, através da própria natureza, destruída e irreconhecível.

São esses riscos sociais — de individuação e de patologia moral — que conduzem à anomia e que ele antevê como *ameaça suicidária da modernidade*. De facto, o suicídio, como acto extremo de supressão da natureza do próprio ser humano, é, para Durkheim, socialmente determinado, o que coloca a própria vida na dependência da ordem moral social. Ele constrói todo o argumento de *O Suicídio* ([1897] 1993) afastando-se inequivocamente das explicações psico-hereditárias ou raciais, das climático-geográficas e das de imitação, tendo em vista a sua explicação apenas em termos sociais. Contudo, a sua assunção individual do suicídio acaba por convocar a mediação de factores biológicos do homem. Veja-se a ambiguidade da seguinte passagem: «A hipercivilização, que dá origem à tendência anómica e à tendência egoísta, tem também por efeito fragilizar os sistemas nervosos, de os tornar delicados em excesso, tornando-os menos capazes de se ater com constância a um objecto definido; mais impacientes perante a disciplina; mais acessíveis à irritação violenta e à depressão exagerada» (*ibid.*, p. 366).

Em suma, Durkheim não isenta a vida social da circunstância natural e até explica o desenvolvimento e a mudança — da simplicidade mecânica à complexidade orgânica (e respectiva divisão do trabalho) — por uma «função ecológica» onde se articulam território, recursos e comunicações. No entanto, considera a vida social uma realidade autonomizada progressivamente de uma natureza alheia e não antevê que essa autonomização progressiva tenha como reflexo a destruição dos próprios factores sobre que assenta. Se tivesse vivido para assistir ao risco ambiental global, teria talvez considerado que, sem uma religião naturalista que integrasse na ordem moral a salvaguarda da biodiversidade, a sociedade moderna não teria meios de salvar o mundo e de se salvar a si própria.

3.2. MARX — DA DIALÉCTICA DA NATUREZA À NATUREZA PRODUTIVA

Para *Karl Marx* existe uma mais profunda *implicação da natureza no homem* — segundo a qual a natureza é simultaneamente interior e exterior ao homem e é com ela e face a ela que o homem se afirma.

Em Marx, o homem é a sua apropriação da natureza e nesta dialéctica produz a resposta à sua própria natureza, produz a sua consciência e produz a sociedade. A natureza merece em Marx — como está patente sobretudo

nos seus escritos iniciais — uma integração ontológica no próprio homem e não apenas um papel de circunstância.

Esta dialéctica homem-natureza assume a ambiguidade do estatuto do homem: «O homem é imediatamente um ser natural [...] mas também um ser humano [...]» (Marx, [1844], 1968, pp. 208-209). Desta ambiguidade nasce uma tensão que aponta para duas vias algo contraditórias. Por um lado, ela desencadeia a consciência e a história, pois é da relação homem/natureza que nasce a história, mas, por outro lado, manifesta também uma desadequação do homem à natureza, pois enquanto ser humano a sua fragilidade perante a natureza leva-o a prevenir-se contra ela.

Deste modo, a natureza inerente ao homem passa a ser tomada apenas no que respeita ao préstimo das suas matérias-primas, ou seja, como recurso produtivo, deixando escassos testemunhos da sua existência enquanto alheia ao homem e à sua história. «Nem objectivamente, nem subjectivamente, a natureza existe para o ser humano de uma maneira adequada. Tal como tudo o que é natural tem de nascer, assim o homem procede também de um acto gerador: a história. Mas, uma vez que esta lhe seja conhecida, desaparece na sua consciência enquanto acto gerador. A história é a verdadeira história natural do homem» (*ibid.*, p. 210).

A pura «abstracção» que seria a especulação em torno do homem e da natureza traduz-se, pois, em Marx, na análise da historicidade das relações do homem com a natureza. E esta história só existe quando se reporta ao efectivo relacionamento do homem com a sociedade em função dos meios de produção e para dar resposta às suas necessidades.

Assim, se «o primeiro pressuposto de toda a história humana é a existência de indivíduos humanos vivos» (Marx, [1845-1846], 1982, pp. 305-306), essa presença longínqua da natureza restringe-se a uma simples prioridade lógica. A natureza fica aquém da história e para esta só há recursos material e cientificamente apropriáveis pelo homem. «Toda a produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no seio e por intermédio de um tipo de sociedade bem determinado» (Marx, [1857], 1965a, p. 451).

A relação ao mundo natural é, pois, antes de mais, uma relação histórica. Marx diz mesmo que, a haver uma «natureza anterior à história humana, [ela existirá apenas] nos nossos dias nos mares austrais ou nalguns ‘atóis’ de origem recente» (id., *ibid.*, p. 337). Parecem premonitórios estes exemplos de Marx, ao evocarem os lugares das futuras experiências nucleares.

A «natureza enquanto *corpo inorgânico* do homem», ou seja, como sua extensão ou prolongamento, traduz uma figura bem expressiva do plano abstracto em que Marx coloca a implicação homem e natureza (Dickens, 1992, p. 60). Contudo, essa posição, desenvolvida sobretudo nos seus escritos iniciais em colaboração com Engels — ainda antes da *Evolução das Espécies* de Darwin

(1840)⁶ —, onde se estabelecem conexões recíprocas entre organismo e ambiente, acaba por ser posta de lado. «Nem Marx nem Engels desenvolveram mais o assunto, passando a estar mais impressionados com as capacidades do homem para modificar a natureza» (Dickens, 1992, p. 77).

À medida que se foi concentrando no modo de produção capitalista, Marx começou a negligenciar as conexões entre homem e natureza para ceder posteriormente o lugar a um «narcisismo da espécie» (Benton, 1988, p. 7). Sendo a natureza ou uma abstracção ou um recurso produtivo, para Marx, dela não poderá vir nenhum factor decisivo para a transformação da sociedade. Esta só poderá desencadear-se por antagonismos de classe e não por limitações naturais à reprodução do capitalismo. A visão «marxista» que se impõe e frutifica é a do *homem assumindo a transformação da sociedade que historicamente produz*.

Segundo Catton, os escritos triunfalistas de Marx e Engels — ao apresentarem «o inevitável progresso da história» e, neste, a inevitabilidade da transição para o modelo do comunismo que defendem — apresentam a convicção de que o progresso das forças produtivas permitiria até trazer soluções técnicas aos problemas dos recursos (Catton, 1980). Nesses escritos prevalece o elogio das capacidades humanas, que se teriam desenvolvido precisamente devido ao seu domínio sobre a natureza, sendo que os limites por parte desta, a existirem, não seriam atingidos durante muito tempo. Dariam pelo menos tempo para que o sonho revolucionário se concretizasse e o comunismo emancipasse o homem das servidões humanas, mas também das relações homem/natureza, sendo esta de novo comunalmente apropriada, embora também dominada. O domínio sobre a natureza era, pois, visto como um pré-requisito para a emancipação humana (Dickens, 1992, p. 45).

Se o *pessimismo e o negativismo críticos face ao capitalismo industrialista* eram grandes e levavam Marx e Engels a temerem as piores consequências sociais, mas também algumas naturais, já no horizonte do seu modelo comunista nenhuns limites eram vistos como pondo desafios ecológicos ou críticos e a relação homem/natureza seria de novo de dominação e não de respeito e ajustamento mútuo.

Leia-se uma eloquente passagem de Engels no seu *Socialismo: Utópico e Científico*: «Toda a esfera das condições de vida que envolvem o homem, e que o regeram, fica agora sob o domínio e o controlo do homem, o qual pela primeira vez se torna o real e consciencioso ‘senhor’ da natureza porque se tornou dono e senhor da sua própria organização social» (Engels, 1959, pp. 149-150).

⁶ A Darwin, Marx toma depois de empréstimo a sobrevivência das espécies, estabelecendo uma analogia entre os antagonismos da luta competitiva de classes e a luta pela sobrevivência: «O livro de Darwin é muito importante e serve-me como base na ciência natural para a luta de classes na história» (Colleti, 1975, p. 14).

E leia-se também Marx na sua visão pessimista do capitalismo, só reabilitável pela ruptura revolucionária: «Num determinado estágio de evolução das forças produtivas vemos surgir forças de produção e meios de comércio [...] que, nas condições actuais, só causam desastres. Não são mais forças de produção, mas sim forças de destruição (maquinismo e dinheiro)» (Marx, [1845-1846], 1982, p. 390). Cabe então ao proletariado mover a sua práxis revolucionária. Não como reconciliação entre o homem e a natureza, mas como plenitude do indivíduo desalienado. A revolução comunista virá abolir o trabalho assalariado, as classes e os modos de produção iníquos; não a transformação da natureza pelo homem, mas as suas formas alienadas e destruidoras. «O proletariado servir-se-á da sua supremacia política para [...] aumentar o mais rapidamente possível a massa das forças produtivas» (Marx, [1848], 1965b, p. 424). No caminho para o comunismo libertador e progressista, o «homem novo» contava assim com uma disponibilidade da natureza semelhante à do modelo que suplantava.

Como alerta Parsons (1977), ao mesmo tempo que sobrestimaram a capacidade de aceleração e rapidez da projecção no mundo das relações capitalistas de produção e do desenvolvimento industrial, Marx e Engels acabaram por subestimar as contradições ecológicas que tanto o capitalismo avançado como o socialismo fariam nascer (Buttel, 1987).

Marx e Engels avaliavam as consequências sociais e físicas do capitalismo de forma ambígua: designadamente, ao mesmo tempo que acusavam o capitalismo do catálogo de misérias criado nas fábricas e nas cidades, viam simultaneamente nessa miséria a semente do socialismo — já que tais condições só poderiam gerar o movimento proletário.

R. Williams salienta essa ambiguidade: «Marx e Engels denunciavam aquilo que se fazia em nome do progresso dilacerador do capitalismo e do imperialismo [...]», mas revelavam ao mesmo tempo uma certa admiração por esse progresso e por quem o protagonizava, pois «nesta denúncia estava implícito um (outro) conjunto de juízos de valor positivos: a burguesia havia ‘salvo uma parte considerável da população da idiotia da vida rural’; as nações subjugadas eram ‘bárbaras e semibárbaras’, as potências dominantes eram ‘civilizadas’» (Williams, 1990, pp. 405-406). Como ele ironiza, o socialismo e o comunismo historicamente são os inimigos do capitalismo, mas, em certos aspectos, «dão prosseguimento e até intensificam alguns dos mesmos processos fundamentais» (id., *ibid.*, p. 407), nomeadamente a atitude face à exploração dos recursos e à natureza⁷.

⁷ Raymond Williams aplicava este raciocínio referindo-se à semelhança de atitudes entre capitalismo e socialismo face ao campo e à cidade; mas a análise é extrapolável para avaliar a atitude face à natureza [R. Williams, 1990 (ed. inglês, 1973)].

O «optimismo catastrófico» de Marx, na expressão de R. Aron ([1935] 1981, p. xi), acaba, no entanto, por não pôr em causa aquilo que hoje parece ser o fulcro da questão ambiental: a racionalidade da relação do homem com a natureza no contexto hegemónico do industrialismo de fundo capitalista ocidental, incluindo aqui os capitalismo de Estado.

3.3. A DISTÂNCIA «NATURALISTA» DE WEBER

Paradoxalmente, será talvez *Max Weber*, dos três grandes clássicos, aquele que *mais excluiu a natureza* do campo sociológico e *menos crítico se manifestou quanto ao capitalismo*, quem, no entanto, melhor anteviu o dilema ambiental que invoca uma sociologia do ambiente.

Um dilema onde é crucial equacionar o capitalismo ocidental nas suas antinomias. Pode o capitalismo auto-superar-se a si próprio ou a vida no planeta só se salvará com um novo quadro civilizacional? Terá o capitalismo ocidental levado a sua vocação a um extremo contraditório em que se opõem e confrontam os valores da própria sobrevivência humana aos da própria identidade ocidental, racionalista?

As questões não surgem formuladas por Weber desta maneira. Mas a sua sociologia compreensiva, estudando as acções sociais na sua relação com os valores, transpõe-se facilmente para a actualidade. O contributo de Max Weber para uma sociologia do ambiente traduz-se, pois, na sua dimensão metodológica e não em qualquer inclusão naturalista na sua teoria da acção racional.

Com efeito, a *natureza* aparece em Weber ora como recurso produtivo, ora como elemento cultural, pelo que fica sempre, ou fora da explicação sociológica, ou integralmente absorvida como valor, na compreensão de um tipo histórico específico. Não tem por isso lugar no modelo heurístico weberiano.

Os seus estudos de *Histoire Économique* ([1923], 1991) têm por objecto os processos de racionalização e complexificação social, que estão polarizados por valores que nunca são a «natureza» e o «ambiente». Estes não só eram ainda uma certeza das vidas económicas, como só poderiam participar na explicação sociológica desde que fossem em si próprios assumidos como valor ético-religioso, orientador dos objectivos racionalmente prosseguidos pelas condutas sociais. Isto excluía o «ambiente» da própria história do capitalismo, enquanto história da racionalização económica, e, portanto, dos interesses de Weber.

Mesmo deslocando o âmbito de análise para fora das economias capitalistas europeias e americana, é na perspectiva de valores religiosos que induzem uma ética nas condutas económicas que Weber procura o eixo da explicação sociológica. Quando explica as diferentes religiões mundiais articuladas aos diferentes modelos culturais que levaram a que o capitalismo se desenvolvesse no Ocidente, e não no Oriente, como notam Redclift e Benton, Weber não «atribuiu qualquer relevância ao espaço ou à localização física dessas culturas [...] centrando-se nos conteúdos doutrinários, nos modos de organização e rela-

ções com outros processos sociais e políticos» e manifestando uma grande «indiferença» ao conceito de espaço (Redclift e Benton, 1994, p. 5).

É certo que, por vezes, Weber reconhece o quanto a natureza pode condicionar o desenvolver da lógica produtiva do capitalismo. Na sua *História Económica* refere-se ao problema da desflorestação em Inglaterra no século XVIII, em contraste com a Alemanha, devido à utilização do carvão vegetal na fundição do aço. Contudo, o enunciado do problema não serve para questionar os recursos, mas apenas para reforçar a ideia de que a organização racional da empresa capitalista se foi emancipando progressivamente das limitações naturais à produção, no prosseguimento do seu projecto, através da integração técnico-científica. «O significado da evolução que acabámos de descrever aponta em três direcções. Em primeiro lugar, assistimos, com o carvão e o aço, à [libertação] *dos limites ligados aos constrangimentos inerentes aos materiais orgânicos* [...] Em segundo lugar, através da máquina a vapor [...] a mecanização do processo de produção *liberta a produção* [...] *dos limites orgânicos do trabalho*» (Weber [1923], 1991, p. 325).

Analisada a realidade histórica do capitalismo no quadro dos seus nexos causais, Weber continua a sua reflexão constatando a força do «poderoso cosmos da ordem económica moderna», a qual «determina hoje o estilo de vida não apenas da população activa, mas de todos os indivíduos que nascem dentro desta engrenagem». E, numa espécie de antevisão da crise energética, prossegue: «Provavelmente, isto [o ‘poderoso cosmos da ordem económica moderna’] poderá continuar a acontecer até que o último quintal de combustível fóssil seja queimado» (Weber [1905], 1990, p. 139).

Simulando a que modelo de sociedade se chegaria *se o projecto capitalista fosse levado às suas últimas consequências*, Weber caracteriza-o, encerrando assim a sua reflexão: «Ainda ninguém sabe quem habitará essa estrutura vazia no futuro e se, ao cabo desse desenvolvimento brutal, haverá novas profecias ou um renascimento vigoroso de antigos pensamentos e ideais. Ou se [...] tudo desembocará numa petrificação mecânica, coroada por uma espécie de auto-afirmação convulsiva. Nesse caso, para os ‘últimos homens’ dessa fase da civilização tornar-se-ão verdade as seguintes palavras: ‘especialistas sem espírito, folgazões sem coração — estes nada pensam ter chegado a um estágio da humanidade nunca antes atingido» (id., *ibid.*, p. 130-140). Mas contém-se ao finalizar a sua análise, não querendo entrar no campo das profecias.

Podem encontrar-se em Weber *recursos conceptuais para pensar a cultura da crise ambiental*, uma vez que o «ambiente» se enquadra perfeitamente na visão weberiana das antinomias que eventualmente conduzem a sociedade para «becos» históricos, dos quais apenas o poder carismático, eventualmente informado pelo «cientista» — e funcionando numa ética de responsabilidade —, a poderá salvar.

Com efeito, Weber integra na sua teoria da razão na história, enquanto processo de racionalização, uma reflexão sobre os limites dessa racionalização e sobre as rupturas do seu sistema. Desde a refundação de um novo campo de valores até à adesão emocional às intuições de um chefe carismático, Weber apresenta o sistema racional como afectado por uma vulnerabilidade ao irracional — no sentido de «irracionalidade criativa» ou carisma. O «carisma» funcionará como a força emotiva que aquece o arrefecimento racional (Raynaud, 1996, pp. 145-152). «O carisma é a grande força revolucionária das épocas presas à tradição [...] O carisma pode consistir numa transformação interior. Nascido da necessidade ou do entusiasmo, significa geralmente mudança de direcção de opinião e dos factos, orientação inteiramente nova de todas as formas particulares de vida e face ao mundo» (id., *ibid.*, p. 153).

Ora, para um mundo no qual a força hegemónica da razão devassou todos os meandros da natureza, levando o processo de «desencantamento» até à destruição e contaminação, a crise ambiental e a sua consciência, por hipótese, poderão vir a assumir um papel «carismático».

Neste sentido, e sempre de forma hipotética, pode, pois, dizer-se que o ambientalismo opor-se-á ao fatal declínio do projecto linear do capitalismo predatório, propondo uma re-racionalização do processo que, por um lado, não condene a razão ocidental a autonegar o seu *ethos* próprio (racional e capitalista) e, por outro, não lhe consinta a continuação do seu actual processo. Pois este poderá descambar em sistemas megaburocráticos, dos quais (por exemplo) Chernobyl seria a premonição e a miniatura.

Pode, pois, dizer-se que o contributo de *Max Weber* para uma sociologia do ambiente é, de todos os clássicos, ao mesmo tempo o mais distante da sensibilidade naturalista e aquele que, pelos conceitos metodológicos e pela visão do destino humano, mais próximo surge das reflexões actuais.

Em síntese, na avaliação que habitualmente se faz do contributo dos clássicos — *Durkheim, Marx e Weber* — para uma sociologia do ambiente há algo de contraditório no plano das motivações. Por um lado, a filiação teórica é necessária para legitimar a posição de cada autor no quadro de um campo disciplinar emergente, mas, por outro lado, é geralmente assumida uma espécie de corte epistemológico com a sociologia clássica, de modo a tornar viável a proposta de fundação de uma sociologia diferente — com um novo paradigma — e não apenas um ramo temático da disciplina-mãe dedicado ao ambiente.

A breve exposição que aqui se fez orientou-se no sentido de relativizar esse corte, sem negar o que de novo está hoje a desafiar a sociologia, mas assumindo que o desafio, embora problematizador, não é certo que exija uma «refundação».

Tudo depende da representação que se assume do que sejam problemas ambientais globais. Enquanto caracterizáveis pela sua possibilidade catastrófica

fatal e pela sua indução histórica, eles parecem abordáveis na sequência do discurso sociológico clássico. O mesmo se passa se forem tomados como calamidade desmesurada fora do controlo humano, geradora de pânicos, tão propícios nesta transição para o século XXI. Por isso, o habitual comentário sobre o fraco contributo dos grandes teóricos para uma sociologia do ambiente perde sentido à medida que esta se assume menos como uma sociologia da relação humana com a natureza e mais como uma sociologia da condição moderna e da função que as questões ambientais e ecológicas têm nela. Tal como propõe a reflexão teórico-sociológica sobre a modernidade — levada a cabo nomeadamente por Giddens e Beck.

4. AMBIENTE E MODERNIDADE

Se os clássicos não se confrontaram com a novidade dos problemas ambientais, hoje a sua evidência torna impossível ignorá-los. As questões ambientais começaram nos últimos anos a captar cada vez mais a atenção da sociologia, especialmente nos debates sobre a modernidade, sobretudo a partir do momento em que a escala dos problemas ambientais assumiu uma dimensão global incontornável.

Com efeito, nos finais dos anos 80 conjugou-se uma série de factores que deram uma nova ênfase aos problemas ambientais. Não só surgiram inúmeros acontecimentos que captaram as atenções mediáticas e políticas, como se alterou a própria natureza dos problemas — em escala, em frequência, em seriedade e risco, bem como na sua articulação directa com o bem-estar e a saúde humana. É isso que caracteriza o GEC (*global environmental change*) e é nele que Dunlap e Catton situam a instalação do ambiente na sociologia moderna. Os problemas ambientais passam a ser vistos como manifestações sem precedentes do impacto das actividades humanas nos ecossistemas globais, os quais, por sua vez, retroagem sobre as sociedades humanas (Dunlap e Catton, 1994).

Passemos, pois, em revista a relevância do ambiente nas reflexões contemporâneas sobre a modernidade analisada através da perspectiva de dois autores: Giddens e Beck. Giddens, porque integra a crise ambiental entre as consequências do desenvolvimento capitalista industrialista e como dimensão da cultura moderna. Beck, porque coloca as questões ecológicas no cerne da sua teoria sobre a «sociedade de risco» e o «fabrico da incerteza» próprio desta fase da nossa civilização.

4.1. GIDDENS — DA GLOBALIZAÇÃO À «INSEGURANÇA ONTOLÓGICA»

A obra de *Anthony Giddens* apresenta, relativamente às questões ambientais, em simultâneo, uma grande riqueza e complexidade, mas também uma

ausência de tratamento autónomo desenvolvido sobre esta temática. Há que ter em conta que Giddens não assumiu ainda as questões ambientais como fulcro temático de qualquer texto seu, o que relativiza o seu estatuto no quadro de uma sociologia do ambiente. Contudo, as questões ambientais têm vindo a ocupar um lugar de progressiva evidência na sua teoria da modernidade, surgindo sempre articuladas a outras, tais como a globalização, a alocação de recursos no âmbito do domínio militar transnacional e a perturbação trazida pela modernidade à vida pessoal e íntima, como sejam o medo e a ansiedade face ao risco.

Alinhando uma leitura de Giddens na perspectiva da sociologia do ambiente, teríamos a considerar duas fases. Primeiro, uma fase em que a questão ambiental é integrada no âmbito mais vasto de uma refutação do marxismo e na sua proposta de uma «teoria da estruturação» (Giddens, 1984). É o sentido em que o «ambiente» é pensado como conjunto de recursos produtivos mercantilizados e sustentando manobras geo-estratégicas de alocação; é ainda o ambiente sob uma inspiração geográfica moderna na leitura dos fenómenos do urbanismo, da estruturação dos complexos espaço-sociais e da importância da territorialidade no Estado-nação; é, finalmente, o ambiente como consequência crítica e paradoxal do desenvolvimento tecno-científico da modernidade.

Segundo, uma fase em que a questão ambiental se dispersa pelas diversas dimensões dos fenómenos da modernidade, seja ao nível da consciência da escala global e da artificialidade do mundo, seja das experiências pessoais da ansiedade, da insegurança e do risco.

Estas duas fases não podem, contudo, ser abordadas sucessivamente, já que Giddens, tanto na sequência das suas obras como na própria construção de cada texto, recorre com insistência à recapitulação e até à reformulação, surgindo a sua obra como um trabalho em progressão e não como o simples cumprimento de um projecto prévio.

Deste modo, far-se-á uma abordagem ao pensamento de Giddens assente na articulação entre *dois tópicos*: o primeiro trata da *prevalência do industrialismo capitalista como causa dos danos ambientais*, assumidos como ruptura de equilíbrios ecológicos pelo sequestro da natureza à escala global. O outro tópico é o da *crise ambiental como elemento formador da cultura moderna*, desencadeadora de novos movimentos sociais e experimentada individualmente enquanto risco e artificialização dos quadros naturais tradicionais.

Quanto ao *primeiro tópico*, Giddens analisa o papel do capitalismo enquanto contexto hegemónico de dominação que subordina dois tipos de recursos — «alocativos» e «autoritativos» —, o que recobre de algum modo a clássica dualidade natureza-cultura, já que os primeiros dizem respeito ao controlo sobre as matérias-primas e armazenamento dos recursos e os segun-

dos aos condicionamentos sociais e ao controlo da informação como formas de poder na manutenção da coesão social (Giddens, 1981, pp. 51-52).

Na base da crítica que Giddens faz aos determinismos, marxistas ou não, está a importância que ele atribui ao industrialismo na explicação do capitalismo moderno. «As mudanças tecnológicas estimuladas pelo enérgico dinamismo do desenvolvimento capitalista envolvem processos de transformação do mundo natural muito distintos dos que ocorreram anteriormente. Estes processos estão, no entanto, intrinsecamente mais articulados ao industrialismo do que ao capitalismo em si» (Giddens, 1985, p. 312).

Partindo de um pressuposto contrário ao do materialismo histórico — que atribui ao sistema de produção capitalista, de um modo global, a transformação do mundo moderno, secundarizando a produção industrial —, Giddens considera o industrialismo uma dimensão-chave modeladora da modernidade, recusando-se a subsumir o industrialismo no capitalismo (Goldblatt, 1996). Evocando simultaneamente Durkheim e Weber e criticando Marx, Giddens defende que «o carácter rapidamente mutável da vida social moderna não resulta essencialmente do capitalismo, mas do impulso estimulante de uma divisão do trabalho complexa, de uma produção dirigida para as necessidades humanas através da exploração industrial da natureza» (Giddens, 1992, p. 9).

No conjunto de críticas e ressalvas que Giddens faz ao marxismo, esta deslocação do centro caracterizador do capitalismo moderno para o industrialismo abre a possibilidade de considerar os problemas ambientais como limitação ao sistema de poder próprio da modernidade desenvolvimentista, e não apenas como disfunção produtiva da irracionalidade capitalista.

Quer isto dizer que Giddens integra a questão ambiental ao nível de uma crítica da civilização pós-iluminista e não apenas como expressão «punitiva» da história sobre as sociedades ocidentais capitalistas que não cumpriram processos revolucionários — como defendem os marxistas —, nem apenas como um problema resultante da lógica do industrialismo e da sua transformação geral de tudo em mercadoria por via da tecnologia — como defendem os adeptos das teorias da sociedade industrial (Dahrendorf, 1959; Bell, 1974). No fundo, o autor defende que o capitalismo e o industrialismo, enquanto dimensões-chave da modernidade, estão ambos articulados com o desenvolvimento da ciência e da técnica e, portanto, ambos «moldaram a emergência do mundo moderno» (Giddens, 1988, p. 241).

Giddens procura, pois, um quadro teórico que permita pensar a unidade dos problemas modernos fora das imagens dualistas — capitalismo/socialismo; Leste/Oeste — e que tanto a globalização como o fim do bloco de Leste ou tornaram obsoletas ou deslocaram para novas oposições, como o Norte-Sul.

Será, assim, na articulação entre a «expansão explosiva» tanto do industrialismo como do capitalismo, com a aposta que ambos fazem no desenvol-

vimento tecnológico e científico, que se geram, afinal, as condições cumulativas da degradação ambiental. Como ele escreve, «a difusão do industrialismo criou ainda ‘um só mundo’ num sentido muito mais negativo e ameaçador [...] — um mundo onde há mudanças ecológicas efectivas ou potenciais de carácter nocivo que afectam todas as pessoas do planeta» (1992, p. 59).

O industrialismo, como expressão do domínio moderno, operando a escalas espaço-temporais que já não pressupõem a presencialidade das relações sociais que havia nas sociedades tribais e classistas (*onde a interacção era face a face*), assenta principalmente na subordinação e exploração de «recursos alocativos», o que é diferente do que se passara nos sistemas pré-capitalistas, onde o domínio sobre os «recursos autoritativos» era primacial na sustentação do poder (Giddens, 1981, pp. 51-52). Contudo, este industrialismo «devorador de naturezas» conduz Giddens para um acentuar da importância do urbanismo como fenómeno precursor e síntese da nova relação com a natureza e para as formalizações espaço-temporais pelas quais a geografia lhe permite analisar o sentido prático do que seja a globalidade moderna.

Sobretudo em obras mais recentes reconhece que os riscos ambientais já estão presentes entre o conjunto dos «altos riscos da modernidade» — a par do «conflito nuclear», do «crescimento do poder totalitário» e do «colapso dos mecanismos de crescimento económico» —, considerando que, apesar dos auto-ajustamentos do mercado, «há limites instrínsecos aos recursos que estão disponíveis para uma acumulação ilimitada» (Giddens, 1992, p. 135). A propósito desta análise, Giddens evoca mesmo a «hipótese de Gaia» (de J. Lovelock)⁸ para afirmar que terá de haver uma intervenção planetária para resolver as disfunções ambientais e para preservar «o bem-estar ecológico do mundo como um todo» (id., *ibid.*, p. 134).

No entanto, é sobretudo a partir da acção de *movimentos ambientalistas*⁹, ou ainda enquanto *quadro de afectações pessoais* induzido pelo risco e pela «insegurança ontológica» (Giddens, 1992, p. 71), que o autor aprofundará a sua aproximação às questões ambientais e à natureza, ao nível crítico a que Giddens desenvolve a sua reflexão sobre a modernidade. Entramos então no *segundo tópico* atrás enunciado.

A natureza, já não como recurso do industrialismo capitalista moderno, surge cada vez mais como suporte dos discursos políticos, ainda que margi-

⁸ Segundo a «hipótese de Gaia» — que foi enunciada pelo bioquímico inglês da NASA James Lovelock em 1979, e mais tarde divulgada por Carl Sagan — a Terra é um «ser vivo», no sentido em que se comporta como um (super)organismo único e vivo.

⁹ Giddens considera os movimentos ecológicos entre os quatro movimentos sociais fundamentais e característicos do mundo moderno, sendo os outros três os movimentos operários, os movimentos democráticos e os movimentos pacifistas (Giddens, 1988).

nais e fragmentários, e instala-se como referência para a experiência perturbada das vidas pessoais na condição moderna. Será que, tal como se passava outrora nas sociedades pré-industriais, a natureza se tornará a preocupação maior das sociedades pós-industriais? E, a sê-lo, não se aproximará a sociologia cada vez mais do projecto de sociologia do ambiente, tal como o reclamam Dunlap e Catton em 1979?

Voltemos a Giddens. Depois da crítica ao marxismo que o levou a retirar a «natureza» da teoria do trabalho para a situar como recurso alocativo do industrialismo moderno, Giddens reencontra a natureza como referência da experiência cultural da modernidade, nomeadamente através do sentimento de risco, insegurança ontológica, artificialidade do mundo.

No momento em que os meios de domínio do homem sobre a natureza ultrapassam tudo o que seria imaginável por Marx, em vez de uma realização do homem tanto na sua dignidade única como na sua vida social, por meio da transformação da natureza, temos um descentramento deste humanismo, que agora aparece organizado pelo reconhecimento da precariedade do homem no meio de um mundo já só seminatural.

Em Giddens, as transformações da modernidade repercutem-se em «extensividade» e «intensividade». Enquanto processo múltiplo e avassalador em termos espaço-temporais, a modernidade descontextualiza a actividade social, «cortando-a» dos contextos físicos de presença e das relações aí estabelecidas, para a «reestruturar» em vastas extensões de espaço e de tempo (Giddens, 1992, pp. 15-16).

Ora neste processo de descontextualização actuam mecanismos, a que Giddens chama «sistemas abstractos», que servem de contínua intermediação em todas as actividades e nas relações sociais, funcionando também como formas e/ou rotinas de securização. Um desses sistemas são os meios de comunicação social (nomeadamente a televisão); outro é o «sistema pericial», segundo o qual peritos, especialistas e técnicos profissionalizados organizam e sistematizam «vastias áreas do ambiente material e social em que vivemos»: os indivíduos transferem a sua confiança daquilo que eram saberes tradicionais e interacção com pessoas que conheciam para os «sistemas abstractos», que funcionam como novas redes de confiança (id., *ibid.*, p. 77).

Mas é no âmbito da pericialidade técnica e científica e dos seus avanços que se geram consequências imprevisíveis e incontroláveis que implicam riscos globais, criando-se um paradoxo que se traduz num «mundo desprovido de segurança existencial» ao nível mais íntimo do eu. Esta «insegurança ontológica» estende-se a vários aspectos da vida quotidiana, como, por exemplo, o «pânico alimentar», onde pode incluir-se todo o conjunto de poluições visíveis e invisíveis e contaminações ambientais que se prendem com a saúde (Giddens, 1994).

Neste panorama, o processo de conhecimento torna-se ele próprio «reflexivo» — podendo todos os «aspectos da actividade social e das relações materiais

com a natureza» (id., *ibid.*, p. 18) ser constantemente revistos à luz de novas informações e conhecimentos. Esta reflexividade instala assim a dúvida e a incerteza, pondo em causa a racionalidade técnico-científica. É a própria ciência e a técnica que acabam por, paradoxalmente, instalar a «dúvida». O medo volta a estar presente na existência humana. «Viver no universo da modernidade é viver num ambiente de acaso e risco» (Giddens, 1992, p. 97).

No entanto, Giddens ressalva que é ainda pela ciência e pelo sistema de pericialidade que podem encontrar-se em parte novas soluções para os diversos problemas — incluindo os ambientais — e para a redução do risco, através do cálculo contínuo e simulação de cenários futuros eventualmente previsíveis. A reposição da segurança, sem a qual não poderá haver bem-estar nem formação de identidade, depende do restabelecimento da «confiança» possibilitada pelos sistemas periciais.

Em suma, Giddens fornece-nos diversos instrumentos para enquadrar o ambiente na modernidade, utilizando muito e cada vez mais exemplos de questões e problemas ambientais para ilustrar as suas interpretações da modernidade. E, mesmo quando não se refere explicitamente às questões ambientais, abre caminho e faculta conceitos aplicáveis à análise e clarificação do tema.

É sobretudo enquanto tradução em termos de artificialidade do meio físico, ainda que não natural (id., *ibid.*, p. 47), nomeadamente urbano e global, de insegurança ontológica, de reacção às ansiedades provocadas pelo risco ambiental ou da multiplicação de movimentos institucionalizados ambientalistas que a questão ambiental se coloca neste período que Giddens denomina da «modernidade radicalizada» e a que Beck chama, como veremos adiante, «sociedade de risco». Por isso, o contributo de Giddens sobre questões ambientais oscila tanto entre a organização interpretativa da modernidade como entre a previsão da fisionomia cultural do futuro.

4.2. BECK — SOCIEDADE DE RISCO E FABRICO DA INCERTEZA

A importância de *Ulrich Beck* para uma sociologia do ambiente é tripla. Desde logo, do simples ponto de vista pragmático, e tal como reconheceram Lash e Wynne (1992) e Goldblatt (1996), ele é o autor que maior audiência alcançou na opinião pública para questões tais como «risco ambiental», confronto político ambientalista e crítica aos conceitos simples de modernidade continuada, contrapondo-lhes novas ideias, como «sociedade de risco»¹⁰, «modernização reflexiva»¹¹ e «relações de definição». Por outro lado,

¹⁰ U. Beck publica o livro onde lança o conceito de «sociedade de risco» (*Risikogesellschaft*) em 1986 (publ. em inglês em 1992) coincidentemente no rescaldo do acidente de Chernobyl — facto que, como ele próprio reconhece, o levou «em nove meses a esgotar quatro edições».

¹¹ U. Beck utiliza a noção de «modernização reflexiva» ainda antes de Giddens, num livro de 1988 (publicado em inglês em 1994), e especificamente a propósito da crise ecológica.

U. Beck é também o autor que primeiro estabelece uma articulação entre problemas ambientais, modernidade e novos fenómenos políticos, situando-se na charneira de uma teoria crítica alemã, da reflexão de Giddens sobre a teoria sociológica face aos contextos pós-industriais e até da investigação histórica e cultural sobre as categorias envolvidas na percepção do risco (Douglas, 1992). Por fim, Beck é o autor que propõe — através de uma análise sobre as «relações de definição do risco» — uma abordagem dos problemas ambientais numa base simultaneamente cognitivista, comunicacional e operacionalizável numa sociologia do ambiente que não se limita a uma reflexão sobre a consistência dos sinais da crise. De facto, dadas as características de «invisibilidade» e «imperceptibilidade» do risco moderno, e estando a sua percepção dependente da informação e conhecimento que se possui sobre ele, as lutas de alegações para definir o risco, os seus produtores e as suas vítimas implicam novos processos comunicativos e dinâmicas políticas.

Nesta abordagem ao seu trabalho serão consideradas de forma distinta ambas as dimensões da hipótese de Beck. *Primeiro, a da «modernização reflexiva» e do «risco»,* que aponta para intersecções óbvias com A. Giddens. *Segundo, incidir-se-á sobre as «relações de definição» como campo político na modernidade actual.* Como pensador do «risco» e da «modernidade», Beck articula-se mais do que se opõe com autores que, como Giddens, vêm complexificando uma noção simples de modernização, propondo uma visão diferenciadora entre modernização primária e modernização reflexiva. Para Beck modernidade é «um processo de inovação tornado autónomo» e que, no actual quadro de «envelhecimento da modernidade industrial», gera a «sociedade de risco» (Lash *et al.*, 1996, pp. 27-30).

Ao contrário de Giddens, que integra o risco entre outros aspectos caracterizadores da modernidade, Beck coloca assim o *risco* no centro da sua teoria da modernidade. Com efeito, é o risco — enquanto ameaça e insegurança integradas na vivência quotidiana — que caracteriza a «fase de desenvolvimento da sociedade moderna», na qual a premência da inovação, «põe fora do controlo e da protecção institucional da sociedade industrial os riscos sociais, políticos, económicos e individuais» (Giddens, 1994, p. 5).

Para Beck este «descontrolo» da sociedade industrial sobre si própria e que gera o risco desenvolve-se em duas fases. A primeira, em que o risco é tomado como simples efeito perverso e residual do desenvolvimento, e a segunda, onde ele se impõe à própria sociedade moderna como ameaça incontrolável, inavaliável e inimputável, que confronta a sociedade moderna e que constitui a sua característica principal. Estas duas fases correspondem ao processo de passagem de uma «sociedade industrial» para a emergência de uma «sociedade de risco» (Beck, 1994, p. 5). Na fase da «sociedade industrial» o objectivo era resolver os problemas da «escassez» — tais como assegurar as necessidades básicas e a generalização do bem-estar de forma

distributiva — sem atender aos efeitos residuais produzidos e até considerando-os «legítimos». A «lógica de produção da riqueza dominava a lógica de produção dos riscos», não constituindo estes fonte de preocupação, nem política nem pública, nem tão-pouco gerando conflitualidade. Na fase da «sociedade de risco» esta relação inverte-se, pois passa-se para uma era de produção imparável e voraz, em que os riscos produzidos pelo processo de desenvolvimento ensombram a própria ideia de progresso, tornando-se consequências negativas omnipresentes e, por isso mesmo, centrais nas preocupações políticas, económicas, científicas e da opinião pública. O que acontece é que as instituições da sociedade industrial tradicional, que ainda decidem e agem, tornam-se produtoras e legitimadoras de ameaças que elas próprias já não conseguem, nem podem, controlar.

É no confronto destas duas fases que Beck situa o conceito de «modernização reflexiva», num sentido de oposição dialéctica que constitui a própria identidade da sociedade moderna, e não no sentido que lhe dá Giddens de retroacção constante do exame das práticas sociais, o qual as altera constantemente (Giddens, 1992, p. 38). Com efeito, U. Beck afirma que «modernidade reflexiva significa acima de tudo confrontação [...] autoconfrontação com as consequências da sociedade de risco e que não podem ser [adequadamente] encaradas e ultrapassadas no sistema da sociedade industrial» (Lash *et al.*, 1996, p. 28).

A transição para a sociedade de risco ocorreu de forma indesejada e compulsiva, podendo até dizer-se que foi forçada a emergir por contraste face ao facto de o excesso de «certezas da sociedade industrial (o consenso pelo progresso ou a abstracção dos efeitos ecológicos e poluições) ter dominado o pensamento e a acção das pessoas e instituições na sociedade industrial» (Beck, 1994, p. 5) de forma consensual e soberana¹². A sociedade de risco é uma espécie de reverso da medalha do sistema industrial.

Seja como for, hoje a sociedade de risco não é uma opção — não pode escolher-se viver ou não no risco. Mas faz parte dos processos de modernização autonomizados, «cegos» aos efeitos e ameaças que acumularam, os quais podem eventualmente destruir as próprias fundações da sociedade industrial.

Comparando com o que aconteceu na primeira metade deste século em plena sociedade de escassez e com o que ainda sucede no Terceiro Mundo, na sociedade de risco industrial avançada a distribuição da riqueza tende a deixar de constituir o eixo central para dar o lugar à distribuição dos riscos, pois a preocupação já não é tanto atingir um «bem», mas sim prevenir «o pior» (Beck, 1992a).

¹² Também Hobsbawm situa a emergência da ideia de medo e risco exactamente em função (e na sequência) de um período coroado pelos êxitos das certezas e pelo crescimento económico explosivo — que ele designa como «era de ouro» — em que mal se notavam ainda, como seu subproduto, «a poluição e a deterioração ecológica» (Hobsbawm, 1996, p. 259).

Beck avança ainda com a ideia de que, enquanto na sociedade industrial a desigualdade social e a vulnerabilidade ao perigo estavam articuladas, variando na razão directa uma da outra — pois as classes sociais mais elevadas tinham maior capacidade para escapar aos perigos antrópicos e aos lugares de produção das poluições industriais —, na sociedade de risco, a hierarquia social e o perigo desarticulam-se, pois o risco emerge, «democratiza-se» e estende-se a todas as classes sociais, culturas, raças e nações, verificando-se uma potencial distribuição mais paritária dos danos. Pelo menos de certos danos, como, por exemplo, a exposição ao nuclear — questão que ele, aliás, considera crucial na expansão da noção do risco. Para Beck, Chernobyl provocou um autêntico «choque antropológico», devendo-se-lhe «a entrada da ideia de risco no discurso quotidiano» (Beck, 1988, p. 154). Estes riscos, aliás, multiplicaram-se — dos nitratos e pesticidas integrados na cadeia alimentar às vacas loucas — e atingiram transversalmente a sociedade.

Contudo, se a globalização dos riscos ambientais é, à partida, mais democratizante, não deixam de prevalecer as hierarquias diferenciadoras e até se recriam mais e novas lógicas de distribuição desigual dos danos tanto geográfica como socialmente. As ameaças globais constituem, por exemplo, factores catalisadores de desigualdade, pois os efeitos negativos nomeadamente dos problemas ambientais globais — efeito de estufa, aquecimento global — far-se-ão sentir de forma tanto mais dramática quanto mais pobres forem as regiões. Embora Beck sublinhe que, nestes casos, não escapam os países ricos — invadidos que serão pelos «ecorrefugiados» e «exilados do clima» em fuga para o Norte. E daí também a inegável «democratização» potencial dos riscos e seus «efeitos de *boomerang*» ou a falta de imunidade de todos face às ameaças globais, embora a velocidades diferentes (Beck, 1992a, p. 23).

Neste mesmo sentido, Beck distingue ainda entre o campo de conflitos da produção de riqueza derivados da sociedade industrial de classes e o campo de conflitos da produção dos riscos gerados na era do nuclear e da química. Assim, enquanto as produções de riqueza produzem antagonismos entre capital e trabalho, as ameaças nuclear e genética fazem emergir conflitualidades e «polarizações» entre «capital e capital», «trabalho e trabalho» — criando outros antagonismos e desafiando a ordem social estabelecida (Beck, 1992b, p. 111).

Claro que, como ele próprio sublinha, não se trata aqui de «assumir que a ecologia suplantou a questão das classes», mas «o que tem de ser enfatizado é que as crises ecológicas, laborais e económicas sobrepõem-se e podem agravar-se mutuamente» (Beck, 1996, p. 5). A própria destruição ambiental provocada pela pobreza gera ameaças que acabam por ter efeitos colaterais para os ricos, mesmo que a médio prazo¹³.

¹³ Segundo o relatório Brundtland — *O Nosso Futuro Comum* — de 1987, o ambiente não está só ameaçado pelo desenvolvimento da modernidade, mas também pelo seu oposto, ou seja, pela articulação existente entre pobreza e destruição ambiental.

A visão não é otimista, tal como Goldblatt assinala, e sustenta os três vectores da sociedade moderna que U. Beck destaca: a «irresponsabilidade organizada», a «explosividade social do perigo» e o «Estado-insegurança» (Goldblatt, 1996, p. 156). Estes três vectores remetem-se reciprocamente. Trata-se da *inimputabilidade* de responsáveis, da *incerteza* quanto à ocorrência de calamidades e da *indeterminação* de causas e das culpas.

Quer isto dizer que, por um lado, o Estado-nação já não assegura a segurança e saúde dos cidadãos, pois no caso de crises provenientes do desenvolvimento industrial descontrolado não se consegue imputar a culpabilidade a indivíduos ou organizações, até porque muitas vezes eles estão para além das fronteiras dos Estados. Quebram-se, assim, as regras estabelecidas de responsabilidade — causalidade e culpa — localizada e as instituições mascaram as origens e consequências sociais das ameaças de larga escala. Ao próprio efectivo crescimento da legislação ambiental nacional e internacional não corresponde um empenhamento adequado da sua fiscalização.

Por outro lado, o ceticismo institucionalizado na sociedade industrial estendeu-se à ciência e ao trabalho científico, desmistificando-o, generalizando a incerteza e acabando por situar a ciência como procedimento articulado entre negócios, política e ética — como numa espécie de «casamento polígamo» (Beck, 1992a, p. 29).

Entre a quebra de responsabilidade localizada, a indeterminação das causas, a fragilidade das certezas científicas e as ameaças materiais permanentes geradoras de uma intranquilidade constante cria-se, assim, a referida «irresponsabilidade organizada», segundo a qual «a administração do Estado, políticos, gestão industrial e investigação negoceiam os critérios daquilo que é ‘racional e seguro’ — resultando daí que o buraco do ozono cresce, que as alergias alastram massivamente e por aí fora...» (Beck, 1996, p. 12). É a impossibilidade inoperante de determinar o quando, o onde, o quem e o porquê das «fatalidades» que gera a «alma moderna» como consequência do confronto permanente com o risco.

Claro que os riscos não são uma invenção da modernidade e sempre existem na história da humanidade; o que eles são, segundo Beck, é «qualitativamente e quantitativamente diferentes» dos riscos anteriores. Utilizando justamente o exemplo de Chernobyl, Beck explica como os fundamentos da vida mudaram desde então, gerando uma «transformação sociológica da consciência». Foi Chernobyl que evidenciou uma «qualidade de perigo» abrangente que ultrapassa todos os limites de espaço e tempo. Se a miséria é selectiva, o perigo nuclear não o é — perante ele todos os poderes colapsam, pois «a nuvem atómica paira acima de qualquer poder» (Beck, 1988, p. 18).

Finalmente, verifica-se a angustiante sensação da «expropriação dos sentidos» — com a universalização industrial dos venenos químicos em todos os elementos (ar, água, comida), a nossa relação com a realidade transforma-

-se, pois não há qualquer controlo privado sensitivo sobre os meios de percepção. Enquanto na era pré-industrial os riscos eram espacial e temporalmente limitáveis, bem como sensorialmente perceptíveis, hoje são potencialmente globais, os seus efeitos não são calculáveis, muitos são irreversíveis, cumulativos, transmitem-se às gerações futuras e fogem à visibilidade e «perceptibilidade» directa e sensorial.

Esta indeterminação, esta incerteza, este perigo, ao mesmo tempo tão radicalmente diferentes de tudo quanto era usual nas modernidades anteriores e, por outro lado, tão evocativos das angústias milenaristas, reflectem-se assim fortemente na vida política.

Com efeito, na falta de recursos institucionais estáveis e credíveis e de certeza e validação científica absolutas — mas sem que a ciência se tenha tornado dispensável —, a opinião que move grupos sociais e actores políticos baseia-se naquilo que U. Beck enquadra como *relações de definição*: lutas de alegações em torno do que seja o risco, que determinam e estruturam a identificação da sua gravidade e a responsabilidade da sua produção. Ora, dada a sua invisibilidade, ao contrário de muitos outros assuntos políticos, os riscos ambientais têm de ser claramente trazidos para a consciência e, portanto, dependem do conhecimento que se tenha sobre eles. São por isso particularmente abertos à definição e construção social (Beck, 1992a, p. 23).

E, se é certo que a definição do risco requer a ciência, também não se restringe a ela, pois a ciência perdeu o monopólio legítimo sobre a sua definição. A ciência está no cerne da sociedade de risco. Ela é causa, é fundamentação, é solução, mas também é alvo de suspeita e de um cepticismo que se estendeu às suas fundações.

Neste panorama de *sobreprodução de riscos* em que as instituições já não estão adequadas à sua gestão, em que a ciência perdeu a aura de saber absoluto e indiscutível, mas em que os riscos precisam de ser «constuídos» para «existirem», a definição do risco torna-se uma luta entre poderes. As equações riscos-causalidade são infinitas e os grupos e interesses organizam-se para defenderem as melhores fundamentações. Gera-se, assim, uma autêntica disputa entre produtores do risco pela sua definição enquanto risco, tornando-se crucial o acesso aos *media*. É, aliás, neles que vão processar-se muitas das «guerras» de definição do risco.

Deste modo, a construção social das realidades arriscadas não é «na maior parte das vezes «científica», mas sim conhecimento leigo» — construído a partir de arautos ou grupos autorizados e, em grande parte, pelo discurso mediático (Beck, 1996, p. 6).

Sendo assim, «o efeito social das definições de risco não está [...] dependente da validação científica» (Beck, 1992a, p. 32) — pois também depende da capacidade de argumentação e da confiança e credibilidade de quem as transmite, bem como ainda das percepções culturais de quem as recebe, e estas são determinadas por factores não técnicos. Segundo Beck, os medos

culturais têm uma matriz radicada numa história: «A aflição é culturalmente selectiva [...]» e «[...] aquilo que as pessoas estão ou não preparadas para aceitar não decorre de nenhum diagnóstico técnico ou ecológico sobre os perigos», mas sim de modelos culturais e percepções que determinam a própria «escala e urgência da crise ecológica» (1996, p. 4).

Para Beck, o «conhecimento» é, assim, o campo de reais configurações de confronto político e de definição de grupos segundo critérios opostos aos das categorias sociológicas clássicas.

A ciência, a técnica e a política, tudo tem de ser renegociado e rejustificado. «A velha aliança do progresso — Estado, economia e ciência — já não tem incentivo e a indústria está em risco de perder legitimidade» — porque a ordem legal já não garante a paz social num contexto de generalização das ameaças à vida e contínua violação dos direitos básicos (Beck, 1996, p. 13).

A *sociedade de risco* de Beck aponta, assim, directamente para o jogo crucial que se desenrola ao nível da produção das opiniões públicas e dos movimentos políticos que se desencadeiam com base no afrontamento entre essas «relações de definição» do risco feitas de atribuições recíprocas de incerteza.

A complexidade das questões ambientais tornou pública a fragilidade das certezas científicas sobre elas e com isso vieram redistribuir as posições relativas do saber científico e da opinião pública nesta matéria, criando um quadro de oposição entre valores técnico-ambientais e valores ético-políticos. Sujeitou-se, assim, a escrutínio público a eficácia do saber científico para a solução dos problemas, o que veio permitir a reocupação do espaço público pela opinião pública e pelo activismo, ou seja, por aquilo que Beck designa como campo da «subpolítica», que pode pôr o sistema em causa e que constitui um poder cada vez mais musculado face aos governos e decisores.

O conceito de *subpolítica* refere-se à política fora e subjacente às instituições representativas do sistema político dos Estados-nações — ultrapassando partidos, parlamentos e até a lei e criando alianças improváveis, por vezes de opostos, e podendo até levar a alianças mundiais de crenças comuns no sentido de uma «modernização operativa». A política torna-se uma parte integrante da actividade quotidiana, podendo o cidadão participar de uma forma directa, via tecnologia global, sendo que os instrumentos para esta «cidadania tecnológica global» são os *media* (Beck, 1996). Estes, para além de cumprirem o papel de palco de luta pelas definições do risco, são também o lugar de interacção e estímulo de activismo político.

5. BALANÇO FINAL

a) Vimos como o reconhecimento da *premência destes novos problemas ambientais* — desencadeados primeiro pela crise energética e depois pelos

problemas globais — levou, entretanto, a colocar como questão especificamente sociológica um problema muito marcado pelo discurso objectivista das ciências naturais e afins. Perante a evidente dependência dos ecossistemas por parte das sociedades humanas e das dimensões humanas implícitas na mudança ambiental global, geraram-se tentativas de *alargar a sociologia a factos não exclusivamente sociais*, apontando o caminho para a emergência de uma sociologia do ambiente, cujo percurso acidentado seguimos através dos seus principais autores: Dunlap e Catton.

Aquilo que desde finais da década de 70 se vem designando por *sociologia do ambiente* constitui-se não tanto em oposição a um quadro teórico clássico da sociologia, para o qual a natureza seria heurísticamente exterior, mas antes pelo reconhecimento, que se impôs à sociologia, de um novo campo de desafios — os problemas ambientais — que o reequacionamento da relação homem-natureza fez irromper. Ao contrário da posição que a natureza ocupa nas teorias sociológicas clássicas — nomeadamente como condição da acção humana (em Durkheim) ou como recurso produtivo (em Marx) —, para a sociologia do ambiente *a natureza é o meio através do qual se exprime um conjunto de problemas sociais que a história recente impôs aos discursos e às práticas científicas e políticas*. É o caso do dano induzido à escala planetária, resultante da globalização do projecto de modernidade, seus impasses e desigualdade de consequências; é também o caso da mobilização política institucional e não institucional, da consciência mediatizada destes problemas e da sua complexa dinâmica e diferenciação.

Não se trata, pois, de constituir uma «sociologia do não social» nem de diluir as novas questões ditas ambientais numa ciência universal do regime de todos os sistemas, *mas de assumir como objecto sociológico e como desafio epistemológico o conjunto muito diverso de novas realidades e de lhes devotar a imaginação sociológica que reclamam*, contribuindo para o enriquecimento da própria disciplina-mãe.

b) Vimos, por outro lado, como a crise ambiental e os fenómenos culturais e políticos que gerou já se tornaram objecto de abordagem sociológica enquanto *nexo problemático próprio da modernidade*. O ambiente impôs-se como motivação da vida social, nomeadamente política, nas sociedades modernas e como factor do quadro objectivo em que todas as sociedades se movem. A intuição do risco e a consciência pública do fechamento da globalidade ecológica do planeta face à dinâmica das economias industriais e que os meios de comunicação modernos tornaram generalizada surgem, assim, como factos sociais decisivos para apreender as dinâmicas sociais contemporâneas.

A forma como uma cultura ambientalista emerge nas sociedades modernas, as relações que estabelece com o quadro formal instituído das democracias, os sentidos díspares para que conduz, em suma, a complexidade, tantas

vezes contraditória, em que os ambientalismos socialmente se traduzem, formam um campo de reflexão crítica que busca integrar teoricamente os problemas ecológicos na sociologia enquanto facto social — como bem se viu nas análises de Giddens e Beck.

c) Vimos ainda como a *identidade disciplinar da sociologia*, ao negar o papel dos factores naturais na explicação dos factos sociais — segundo o axioma durkheimiano —, terá influído na tardia emergência do ambiente na reflexão sociológica e nas dificuldades da sua afirmação. A própria ideia de progresso, onde se ancorou toda a cultura ocidental moderna, concebia a vida humana como num processo de autonomização crescente do ambiente biofísico. Mas também vimos como nos autores clássicos da sociologia — Marx, Durkheim e Weber — é possível buscar antecedentes teóricos que forneçam uma genealogia tanto sobre a relação homem-natureza como sobre a antevisão dos paradoxos e crises do modelo de desenvolvimento capitalista-industrial, que está na origem da crise ambiental.

Contudo, enquanto conhecimento cientificamente apurado de um futuro de alto risco para uma humanidade assim globalmente unificada como um todo, já pouco haverá a recuperar do contributo teórico dos clássicos. De facto, a industrialização, a complexificação ou a racionalização surgem em Marx, em Durkheim e em Weber como processos abstractos que conduzem a sociedade até ao limite da sua ruptura, respectivamente revolucionária, anómica ou trágica. Neste sentido, todos os clássicos tiveram o pressentimento da impossibilidade linear do progresso a que assistiram, embora só Weber tenha evitado prefigurar-lhe resgates ou ressurreições.

Os três autores clássicos também perceberam que «o trabalho moderno tinha consequências degradantes [...]» (Giddens, 1992, p. 6). *O que nenhum deles previra era que a «vingança» da história viria da natureza*. E, mesmo que não seja certo que a natureza constitua o factor mais decisivo nos actuais problemas ambientais globais, há uma questão que os clássicos nunca equacionaram e que é fundamental nas novas propostas da sociologia do ambiente: o horizonte dos constrangimentos ambientais nos quais o comportamento humano pode actualmente ser compreendido. Sendo que esses «limites» já não são só os que obstam ao «crescimento», apontados pelo Clube de Roma e pelo relatório Meadows nos anos 70 — como a escassez de recursos e quebras de produtividade —, mas sobretudo os das «externalidades» produzidas pelos efeitos do próprio crescimento — desde as degradações ambientais (poluições, contaminações, problemas globais) às próprias desigualdades sociais geradas pelo crescimento desigual —, que nos impõem forçosamente os limites.

São estas ameaças que interagem entre si e se potenciam mutuamente, que geram os riscos e incertezas à escala individual, pessoal, social e política

e global. *É como se a expansão do capitalismo industrialista tivesse produzido como seu subproduto a efectiva inevitabilidade de um «apocalipse» concreto, cuja certeza condiciona retroactivamente a cultura e as práticas sociais hoje.*

Como nota Giddens a propósito da importância da dimensão da violência da industrialização militar na análise da modernidade, com a expansão do armamento nuclear, vivemos hoje perante a iminência da catástrofe planetária. «Somos a primeira geração cujas vidas podem terminar com o fim da vida da própria humanidade» (Giddens, 1988, p. 248).

Também Hobsbawm, ao finalizar a sua análise da *Era dos Extremos*, o século xx, não deixa de evocar os problemas ecológicos globais como uma das consequências mais drásticas da taxa de crescimento económico sem precedentes verificada na segunda metade do século e que, a ser mantida, «deve ter consequências irreversíveis e catastróficas para o ambiente natural deste planeta, incluindo a raça humana, que é parte dele». E continua: «Além disso, o ritmo a que a moderna tecnologia aumentou a capacidade da nossa espécie para transformar o ambiente é tal que, mesmo supondo que não vá acelerar, o tempo disponível para tratar do problema deve ser medido mais em décadas do que em séculos» (Hobsbawm, 1996, p. 552).

Talvez pela primeira vez na história da cultura ocidental não seja o «profetismo de mau agouro» que vem assombrar o futuro com visões trágicas de fim de século. Hoje é com o aval da mesma ciência, que ganhou tal confiança nas suas aplicações tecno-industriais, que pode calcular-se com rigor quantificável e qualificável — ainda que com polémica — a forma e a data das mais dramáticas ocorrências no futuro.

E não só com o seu aval, como também com o seu envolvimento directo, pois é através dos efeitos perversos do próprio desenvolvimento tecnológico e científico incontrolado que se chega à prefiguração da catástrofe.

Curiosamente, *ao contrário do século passado, em que Darwin pôs em causa a verdade bíblica do «Génese», hoje é a própria ciência que confirma e calcula a «verdade» bíblica do «apocalipse»*. Não, claro, por vingança impiedosa dos deuses contra a humanidade, mas por precipitação da humanidade no abismo do seu próprio «progresso» vertiginoso e de que, por exemplo, o perigo atómico seria o epítome.

Claro que este «período de fins», em que se junta, como também sublinha Giddens (Lash *et al.*, 1996, p. 56), «fim de século com fim de milénio», encerra em si mesmo um «poder de reificação» identificado com tragédia, sofrimento e desorientação, mas tal não desvaloriza o facto de estarmos num «período de transição evidente», que implica o mundo todo e por inteiro e que as ciências sociais terão necessariamente de inscrever na sua agenda de interesses e preocupações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARON, R. ([1935] 1981), *Les étapes de la pensée sociologique*, Paris, Gallimard.
- BECK, U. (1988), «The anthropological shock: Chernobyl and the contours of the risk society», in *Berkley Journal of Sociology*, n.º 32, pp. 153-165.
- BECK, U. ([1986] 1992a), *Risk Society. Towards a New Modernity*, Londres, Sage.
- BECK, U. (1992b), «From industrial to risk society: questions of survival, social structure and ecological enlightenment», in *Theory, Culture and Society*, vol. 9, pp. 97-123.
- BECK, U., et al. (1994), *Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*, Cambridge, Polity Press.
- BECK, U. (1996), «World risk society as cosmopolitan society — ecological questions in a framework of manufactured uncertainties», in *Theory, Culture and Society*, vol. 13, n.º 4, pp. 1-32.
- BENTON, T. (1988), «Humanism = speciemism. Marx on humans and animals», in *Radical Philosophy*, 50, pp. 4-18.
- BENTON, T. (1991), «Biology and social science: why the return of the repressed should be given a (cautious) welcome», in *Sociology*, vol. 25, n.º 1, pp. 1-29.
- BUTTEL, F. H. (1978), «Environmental sociology: a new paradigm?», in *The American Sociologist*, vol. 13 (Novembro).
- BUTTEL, F. H. (1986), «Sociologie et environnement: la lente maturation de l'écologie humaine», in *Revue internationale des sciences sociales*, n.º 109.
- BUTTEL, F. H. (1987), «New directions in environmental sociology», in *Annual Review of Sociology*, vol. 13, pp. 465-488.
- CATTON JR., W. R., e R. E. Dunlap (1978a), «Environmental sociology: a new paradigm», in *The American Sociologist*, vol. 13 (Fevereiro), pp. 41-49.
- CATTON JR., W. R., e R. E. Dunlap (1978b), «Paradigms, theories and the primacy of the HEP-NEP distinction», in *The American Sociologist*, vol. 13 (Novembro), pp. 256-259.
- CATTON JR., W. R., e R. E. Dunlap (1980), «A new ecological paradigm for a post-exuberant sociology», in *American Behavioral Scientist*, vol. 1.
- DICKENS, P. (1992), *Society and Nature. Towards a Green Social Theory*, Filadélfia, Temple University Press.
- DUNLAP, R. E. (1980), «Paradigmatic change in the social sciences: from human exemptionalism to an ecological paradigm», in *American Behavioral Scientist*, vol. 24, pp. 5-14.
- DUNLAP, R. E. (1993), «From environmental to ecological problems», in Craig Calhoun e George Ritzer (eds.), *Social Problems*, Nova Iorque, McGraw-Hill, pp. 707-737.
- DUNLAP, R. E., e W. R. Catton Jr. (1979), «Environmental sociology», in *Annual Review of Sociology*, n.º 5, pp. 243-273.
- DUNLAP, R. E., e W. R. Catton Jr. (1983), «What environmental sociologists have in common (whether concerned with 'built' or 'natural' environments)», in *Sociological Inquiry*, vol. 53, n.ºs 2-3 (Primavera).
- DUNLAP, R. E., e W. R. Catton Jr. (1994), «Struggling with human exemptionalism: the rise, decline and revitalization of Environmental Sociology», in *The American Sociologist*, vol. 25, pp. 5-30.
- DURKHEIM, E. ([1897] 1993), *Le suicide*, Paris, Quadrige, PUF.
- DURKHEIM, E. ([1895] 1997), *Les règles de la méthode sociologique*, Paris, Quadrige, PUF.
- DURKHEIM, E. ([1930] 1998), *De la division du travail social*, Paris, Quadrige, PUF.
- ENGELS, F. (1959), *The dialectics of nature*, Moscovo, Progress Publishers.
- FELDMANN (1993), «Eco-sociology: inside and outside the cocoon», in *Innovation*, vol. 6, n.º 4, pp. 387-398.
- GIDDENS, A. (1981), *A Contemporary Critique of Historical Materialism*, Londres, McMillan.
- GIDDENS, A. (1984), *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press.

- GIDDENS, A. (1985), *The Nation-State and Violence*, Cambridge, Polity Press.
- GIDDENS, A. (1988), «Dimensões da modernidade», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 4, pp. 237-251.
- GIDDENS, A. ([1990] 1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- GIDDENS, A. ([1991] 1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- GOLBLATT, D. (1996), *Social Theory and the Environment*, Londres, Polity Press.
- HOBBSAWM, E. (1996), *A Era dos Extremos: Breve História do Século XX, 1914-1991*, Lisboa, Ed. Presença.
- LASH, S., et al. (eds.) (1996), *Risk, Environment and Modernity*, Londres, Sage, pp. 28-43.
- MARX, K. ([1848] 1965b), *Le Manifeste du Parti Communiste in K. Marx*, Philosophie, Paris, Folio, Éssais.
- MARX, K. ([1857] 1965a), *Introduction générale à la critique de l'économie politique*, Paris, Folio, Éssais.
- MARX, K. ([1844] 1968), *Esquisse d'une critique de l'économie politique*, Paris, Folio, Éssais.
- MARX, K. ([1845-1846] 1982), *L'Ideologie allemande in K. Marx*, Philosophie, Paris, Folio, Éssais.
- MURPHY, R. (1994), «Sociology as if nature did not matter: an ecological critique», in *The British Journal of Sociology*, vol. 46, pp. 688-707.
- RAYNAUD, P. (1996), *Max Weber et les dilemmes de la raison moderne*, Paris, Quadrige, PUF.
- REDCLIFT, M., e T. Benton (1994), *Social Theory and the Global Environment*, Londres, Nova Iorque, Routledge.
- SCHNAIBERG, A. (1980), *The Environment: from Surplus to Scarcity*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- UDRY, R. (1995), «Sociology and biology: what biology do sociologists need to know?», in *Social Forces*, vol. 73, n.º 4, pp. 1267-1278.
- WEBER, M. ([1905] 1990), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Ed. Presença.
- WEBER, M. ([1923] 1991), *Histoire économique — Esquisse d'une histoire universelle de l'économie et de la société*, Paris, Éditions Gallimard.
- WILLIAMS, R. ([1973] 1990), *O Campo e a Cidade — Na História e na Literatura*, São Paulo, Companhia das Letras.